

## **UNIVERSIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: MARCO TEÓRICO E ÓRGÃO SETORIAL**

Augusto Cesar Rios Leiro – UFBA/UNEB, cesarrleiro@gmail.com

A universidade segue como *locus* fundamental de produção e socialização de conhecimentos, palco permanente de transformação societária e polo ativo de debate a respeito das realidades educacionais, culturais, políticas e econômicas. Em virtude da sua missão primordial, alicerçada nos pilares da pesquisa, do ensino e da extensão, tem como propósito oportunizar, a um só tempo, formação técnica e compromisso social a seus discentes, docentes e técnicos administrativos, e, sobretudo, a interação direta e indireta de/para/com sua comunidade universitária e a sociedade em geral.

Nessa perspectiva, Chauí (2003) enxerga a universidade como uma instituição social que exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Para Chauí, no interior da instituição universitária, estão presentes opiniões, ideias, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da própria sociedade.

Ainda no contexto de caracterização da instituição universitária, importa sublinhar sua conexão com a Internacionalização, especialmente no âmbito da Internacionalização da Educação. A esse respeito, para Freitas (2010), as universidades, por vocação e tradição, são instituições que preservam e alimentam a dimensão internacional, tanto pelo sentido da ciência, quanto pelas iniciativas práticas de intercâmbio institucional e mobilidade docente e discente.

No caso da abertura das universidades brasileiras para o mundo, Miranda e Stallivieri (2017) entendem que ela precisa se dar por uma via de mão dupla, no sentido de levar essas instituições à modernização e à inovação. Isso é possível com processos de cooperação internacional com instituições de outros países, que possibilitem, à comunidade acadêmica, acesso e interação com pesquisas de diversas áreas, como meio ambiente, economia e cultura, por exemplo, de tal forma que esses esforços possam preparar a comunidade acadêmica para atuar em um contexto internacional e intercultural cada vez mais presente em espaço-tempo de mundialização.

Entendemos, assim, que as universidades precisam criar uma cultura de institucionalização de permanente diálogo protocolar de procedimentos e de organização administrativa interna, bem como uma política setorial dedicada à internacionalização.

Nossas pesquisas vêm identificando que diversas universidades já perceberam a necessidade de criar, em suas estruturas organizacionais, suportes necessários para orientar a dinâmica dos processos de internacionalização da educação superior. Nesse sentido, possibilita o fluxo processual com menores dificuldades, haja vista o grau de complexidade em termos de procedimentos burocráticos, em relação ao atendimento à legislação e às normas das instituições universitárias concernentes à mobilidade acadêmica internacional, à cooperação internacional, à organização ou participação em eventos internacionais, entre outras atividades relacionadas com a internacionalização (Torres, 2021).

Entendemos que, se não houver um órgão gestor definido na estrutura organizacional, integralmente dedicado a apoiar as questões técnicas e burocráticas que envolvem a internacionalização, a instituição dificilmente conseguirá se desenvolver no mesmo ritmo das demais, que já perceberam claramente essa importância e as potencialidades inerentes ao processo de internacionalização, movimentando-se no sentido de prover o suporte necessário.

No entanto, o avanço na edificação de órgãos setoriais dedicados à política de internacionalização requer um marco teórico consistente e capaz de fortalecer a institucionalização da internacionalização e ancorar o *ethos* do fazer internacionalista. Na construção dessa compreensão, defendemos também uma ampla política de comunicação, como um portal de difusão de informações específicas de ministérios e secretarias de Estado, de redes nacionais e estrangeiras, de políticas internacionais, dossiês e publicações, órgãos e política de gestão universitária setorial. Assim, estamos consoantes com o que advoga Knight, quando considera a internacionalização como “[...] o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (Knight, 2004, p. 11).

Nesse sentido, importa alargar o referencial teórico articulado com eventos científico de natureza complementar que oferecem amplitude e profundidade ao

processo de internacionalização e, que nessa perspectiva, legitima o entrecruzamento entre órgão administrativo específico com a necessidade de bases teóricas, como um casamento fundante do desafio estratégico da qualificação da política e gestão da educação.

Nesse sentido, é cada vez mais necessário que as IES valorizem, em suas estratégias institucionais, a dimensão intercultural da mobilidade acadêmica, tomando-a como estratégica na qualidade da mobilidade e do destino acadêmico.

Para tanto, a interculturalidade, tomada aqui na perspectiva formativa, em que o direito à diferença e a luta contra as desigualdades serão postos como tarefa atemporal. Trata-se de um desafio que busca refletir acerca de uma internacionalização da educação crítica e incluyente, o que significa pensar o processo de transnacionalização *no e do* Brasil no exterior. Assim, produzir e socializar conhecimentos teórico-práticos a partir das problemáticas em questão exige reconhecer contextos, referenciais e práxis que enlaçam universidades brasileiras e estrangeiras e seus impasses e perspectivas.

Para Leiro e Fantin (2024) “da diversidade e pluralidade de conceitos, termos, definições e interpretações a respeito da internacionalização da educação” e destacam a importância de entender processo e a complexidade que envolve a multidimensionalidade e a efervescência acadêmica e intercultural. Para os autores “as escritas sobre Internacionalização da Educação precisam ser “historicamente situadas no espaço-tempo social que estamos vivendo e propõem uma reflexão vivaz, ancorada na conjuntura (inter)nacional” (Leiro e Fantin, 2024, p.14).

Aprofundar estudos na ambiência teórica do macrocampo da educação implica seguir por caminhos, trilhas e passos de pesquisa em diferentes contextos e por distintas realidades e possibilidades argumentativas. Em tempos de grandes (in)certezas, em que vigora o entendimento de que o mundo não é *localis* e está em toda parte, reitera-se a exigência de renovadas visões científicas. Nesse sentido, a experiência em tela vem suscitando novos estudos, interessados em analisar os fenômenos sociais, problematizar questões relativas à educação básica e superior e indicar novos referenciais.

## **Considerações finais**

Entendemos que o início de um processo de internacionalização da Educação, no âmbito institucional, necessita adquirir um significado estratégico para as universidades,

com a definição de critérios e expectativas, e o estabelecimento de elementos de discussão, como identidade, institucionalidade, visibilidade, referência e sustentabilidade, diretamente relacionados à inclusão, portanto, alinhados com o Projeto Político Pedagógico Institucional.

Compreendemos a dinâmica condutora do processo de internacionalização, que, muitas vezes, inicia-se de maneira informal, não planejada, por meio dos contatos ocasionais entre pesquisadores em eventos científicos, ou pelas relações que se formam por intermédio das redes de pesquisa.

Defendemos que a internacionalização nas Universidades necessita de uma etapa de reconhecimento nos processos de ensino, pesquisa e extensão, por meio da regularização formal no âmbito das instituições. Tal reconhecimento demandará a constituição de normas internas e atenção ao ordenamento legal. A finalidade é tornar as relações de pesquisa – existentes entre os seus pesquisadores e os grupos de pesquisas que trabalham com parcerias internacionais – como práxis integradas e integradoras de ações.

Nesse sentido, a comunicação em pauta intenta afirmar que, ao lado do relevo de órgão setorial de internacionalização institucional, importa conceber uma conceitualização que discuta o binômio internacionalização e interculturalidade e suas interfaces como parte do desafio crítico e socialmente referenciado.

## **Referências**

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro de. **Avaliação da educação superior: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. 2010. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 5-31, mar. 2004.

LEIRO, Augusto Cesar Rios e FANTIN, Mônica. Internacionalização da Educação: Tessitura de um Dossiê. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*. v. 33, n. 73, jan./mar., 2024.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de Internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação**, Sorocaba, SP, v. 22, n. 3, p. 589-613, nov. 2017.

TORRES, Henderson Carvalho. **Internacionalização na Pós-Graduação em Educação**: experiência brasileira e argentina em questão. 2021. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.